



EDUCAÇÃO, CAPITAL E NEOLIBERALISMO: Cinco Décadas de atuação do Banco Mundial nas políticas de Educação Brasil (1960/2010)

Ronaldo Sávio Paes Alves¹

Claudia Da Motta Custodio²

RESUMO:

O trabalho avalia a participação de entidades externas de fomento, em particular o Banco Mundial, nas políticas de educação no Brasil nas últimas cinco décadas. Neste período constata-se a interferência direta do capital estrangeiro, com vistas a ações facilitadoras para o seu esforço de dominação ideológica e econômica. No período entre a década de 1960 e meados dos anos de 1980, sob a ditadura civil-militar, as intervenções ocorreram de forma mais clara, como claras foram as ações ditatoriais. No entanto, já sob a égide do neoliberalismo, de 1985 aos dias atuais, as intervenções se mantiveram, agora travestidas de grandiosos programas.

Palavras-Chave: Políticas de Educação; Neoliberalismo; Banco Mundial.

ABSTRACT:

The work evaluates the participation of external entities of financial support, in particular the World Bank, on the education policies in Brazil in the last five decades. In this period it is evidenced direct interference of the foreign capital, with sights the favorable actions to its effort of ideological and economic domination.

In the period of the decade of 1960 and middles of the years of 1980, under the dictatorship civilian-military, the interventions had occurred of clearer form, as clear they had been its actions. However, already under the protection of the neoliberalism, of 1985 to the current days, the interventions if had kept, now presented as huge programs.

Keywords: Education Policies; Neoliberalism; World Bank.

1. INTRODUÇÃO

Profissionais de Ensino e pesquisadores da área das Ciências Humanas concordam que a Educação configura-se no sustentáculo do desenvolvimento de qualquer nação. No entanto, temos ciência de que a distância entre as propostas apresentadas em ações de governo, e a realidade do ensino no Brasil toma proporções assustadoras. Neste sentido, visando uma análise mais aprofundada da realidade da Educação no país, o estudo ora apresentado buscou realizar um levantamento

¹ Mestre. Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO). rspalves@yahoo.com.br

² Mestre. Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO). cmottacustodio@yahoo.com.br

bibliográfico a respeito das políticas públicas para educação brasileira, no período compreendido entre as décadas de 1960 e 2010. Nele é possível identificar as propostas governamentais para a educação pública, criadas à luz das duas últimas Leis de Diretrizes e Bases para Educação (LDB's nºs 5692/71 e 9394/96).

Entendemos que para melhor compreensão da discussão, faz-se necessária, uma identificação do modelo neoliberal, tendo em vista que este se configura no atual suporte ideológico das políticas públicas de educação.

2. O MODELO NEOLIBERAL

O *Neoliberalismo* representa a face mais cruel do modelo capitalista, e tem a sua origem no Liberalismo Econômico do século XVIII. Seus princípios apontaram para o trabalho que resulta produtivo, configurado como a verdadeira fonte de riqueza, ao contrário da até então tradição mercantilista, que via no comércio e na acumulação de ouro e prata a maneira mais eficaz de consolidar o enriquecimento um país.

Ao longo de séculos, sua modernização passou pela força do capital industrial, e pelo Estado de Bem-Estar Social. Esta linha evolutiva, no entanto fez com que os ideais capitalistas tivessem também que enfrentar duas guerras mundiais, e um grande e perigoso oponente, o Comunismo, representado principalmente pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Os teóricos do neoliberalismo³ afirmavam que a desigualdade social e econômica possuía um valor positivo para o mercado, e vitalizava à concorrência, fortalecendo a “liberdade do cidadão”. Identificamos assim uma transformação no *modus operandi* do capitalismo durante a década de 1970, como resultado direto da alavancagem da produção industrial da década de 1960. “*A demanda por serviços e o crescente aquecimento do mercado financeiro, resultaram numa fase pós-industrial dos mercados e na sua relação com as empresas.*” (Custódio, 2006. P.24)

Foi durante a década de 1980 que os organismos financeiros internacionais imprimiram ao mundo uma severa internacionalização do mercado. Tamanha abrangência resultou em profundas e históricas mudanças. Exemplo mais claro disso foram as reformas que se impuseram ao leste europeu, e expandiram a economia de mercado aos países socialistas, que até então viviam sob uma economia planejada.

³ Principalmente Friedrich Hayek, em sua obra “O Caminho da Servidão”, de 1944 (Anderson, 2003. p. 9).

É na internacionalização do capital neoliberal, que encontramos um desdobramento importante: a *Globalização*.

De uma forma até certo ponto simples, porém muito precisa, Santos (2003)⁴ apresenta à academia e à sociedade a sua proposta de definição para *globalização*. Em sua concepção, esta representa a internacionalização do capitalismo moderno, baseada no avanço da tecnologia, principalmente dos meios de comunicação e transmissão de dados.

Apesar do caráter ainda prematuro, diversos segmentos das ciências humanas atrevem-se a fazer um balanço do que foi o neoliberalismo e sua intensa aplicação. Destacamos, no entanto que esta avaliação, ainda em curso, aponta para resultados que carecem de confirmação e mais discussões.

3. BREVE HISTÓRICO DO FINANCIAMENTO EXTERNO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Para que possamos compreender de forma clara o poder interventor do capital estrangeiro nas políticas de educação no Brasil, é preciso destacar a ação de um dos organismos internacionais mais presentes nesse projeto: o Banco Mundial.

O BM é uma das maiores instituições de fomento a nível mundial, visto que angaria fundos através da captação de investimentos privados, dando garantias e seguros quanto à riscos políticos, oferecendo aconselhamento econômico e técnico aos seus países-membros. Atualmente, é considerado um dos principais organismos multilaterais responsáveis pela promoção do desenvolvimento socioeconômico nos países mais pobres.

A relação cooperativa e interventora do BM se deu através de mecanismos de assistência técnica entre o Brasil e os EUA ao final da Segunda Guerra. Ao longo da década de 1960, a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID)⁵ gerenciou os recursos destinados à assistência técnica para a educação no Brasil através de acordos com o Ministério da Educação (MEC). Tais acordos repassaram a gestão e administração do sistema nacional de ensino aos técnicos estrangeiros. Conhecidos por acordos MEC/USAID, estes convênios marcaram a

⁴ Para uma maior apreciação e análise sobre a Globalização, ver: SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*.

⁵ Criada no quadro do "Tratado da Aliança para o Progresso", assinado em Punta Del Este, em 1961, a USAID tinha por objetivo prover ajuda externa aos países em desenvolvimento, mas também representava o capital estrangeiro defendendo a fiscalização de recursos e a garantia de pagamento de empréstimos.

colaboração de caráter mais normativo, dentro dos padrões impostos para a América Latina.

A partir do final da década de 1960, as políticas educacionais do país foram incluídas nos projetos de desenvolvimento do BM, apoiando-se numa ideologia de colaboração e, ao mesmo tempo, de aquisição de vantagens para o capital, o que justifica o crescente volume de financiamentos observados nas décadas seguintes⁶.

Os anos que compõem a década de 1980 marcam não somente o retorno do país à democracia, mas também o engajamento de setores da sociedade civil na luta pela recuperação da autonomia nacional em diversos setores. Assim, as diversas entidades de classe da educação passaram a se reunir em instâncias locais para propor normas e ações que desvinculasse o Brasil da interferência estrangeira tão clara e direta. O não envolvimento do governo em tais discussões já sinalizava o quão desrespeitosas seriam as medidas vindouras.

O BM passou a deixar clara também a sua prioridade sobre a educação no ensino fundamental, ao levar o governo à criação de um fundo especial voltado a este segmento: o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Tal iniciativa representou uma medida institucional que serviu para redistribuir verbas e focalizá-las apenas na primeira parcela da educação básica (primeiro ao nono ano)⁷.

Esta prioridade estava em consonância com a Conferência de Jomtien, Tailândia, em 1990, um encontro mundial patrocinado pelo BM e por outras instituições estrangeiras, que definiu o ensino de primeiro grau como a principal etapa da referida educação básica.

Partindo desse pressuposto, os países participantes da Conferência, signatários da “Declaração Mundial de Educação para Todos”, foram obrigados a desenvolver planos decenais, que visavam o desenvolvimento da educação. No Brasil, o MEC divulgou o “Plano Decenal de Educação para Todos”, para o período de 1993 a 2003. Sua meta principal era a garantia, para crianças, jovens e adultos, dos conteúdos mínimos que correspondessem às necessidades elementares para o ensino fundamental, e erradicação do analfabetismo. As determinações da Conferência de

6 De cerca de 2% nos anos 70 e 80 para 29% do total de empréstimos concedidos, entre 1991 e 1994.

7 A educação básica corresponde atualmente ao ensino fundamental e médio (antigos primeiro e segundo graus, respectivamente).

Jomtien deram início a um esforço de priorização do ensino fundamental e de redução das funções do Estado no setor.

O BM passou então a recomendar que as instituições públicas de ensino desenvolvessem as “capacidades básicas de aprendizagem” nas séries iniciais, e, quando necessário, em todo ensino fundamental, desde que este possa contribuir para satisfazer a demanda por trabalhadores que facilmente se adaptem ao mercado, ao adquirir novas habilidades (Coraggio, 2003).

Desta forma, de acordo com os interesses puramente econômicos, o BM tem priorizado a relação custo-benefício para definir o direcionamento do investimento em educação e a sua própria qualidade. Neste modelo, as escolas são como empresas, e como tais, devem gerenciar os insumos, produzir recursos, e quando submetidas à concorrência, pretende-se que desempenhem seu papel ao menor custo possível. Assim, em termos financeiros, duplica-se o tamanho da classe a fim de se reduzir o gasto anual por aluno, por exemplo. A caracterização da escola com *setor produtivo* é também percebida através da proposição de avaliações periódicas quanto a gestão dos recursos e ao rendimento da aprendizagem. Gera-se assim a concorrência por recursos e vantagens individuais (Coraggio, 2003).

A negatização do trabalho docente, e a naturalização deste pensamento é também uma das covardes visões que os técnicos do BM disseminam e apregoam. Assim, tornou-se comum a relação entre fracassos e crises na educação com a imagem do profissional de ensino como alguém refratário a mudanças e qualificação, que está eternamente insatisfeito com salários, que trabalha pouco, e por isso tanto custa aos cofres públicos. (Torres, 2003).

Isto justifica porque, segundo o banco, a ação direta e mais adequada, junto a estes profissionais, deve ser a de torná-los fragilizados ou imobilizados, possibilitando também sua flexibilização, assim como a dos currículos. Sua desqualificação ou enfraquecimento profissional vem ocorrendo a partir de dois aspectos principais: o material e o ideológico. (Custódio, 2006. P.67)

Transforma-se assim o professor em *insumo*, e não um *recurso humano* do processo de aprendizagem.

A institucionalização de medidas impositivas de adequação da educação, objetiva priorizar o resultado quantitativo, dentro do qual o currículo é entendido por conteúdo, o ensino por informação transmitida, e a aprendizagem por informação

absorvida (Custódio, 2006). Esta situação é comumente perceptível em nas concepções de modelos e parâmetros, que tendem a estabelecer o controle político-ideológico sobre o processo escolar. Tal controle passa tanto pela centralização de decisões, como pela produção e distribuição de textos e materiais didáticos.

Importa destacar que existem amparos legais para a facilitação do predomínio do capital estrangeiro no modelo de gestão e aplicação do ensino no Brasil. Nos últimos quarenta anos, o país editou duas principais reformas para a educação, que promoveram a supremacia de interesses econômicos e de interferências externas, de forma que, uma avaliação da lei nº 5.692 de 1971, e da atual LDB, faz-se necessária para melhor compreensão da legalidade destas ações.

4. AS LEIS DE DIRETRIZES E BASES

Decorrente do processo de reforma educacional promovido pelo regime militar, a lei federal no 5.692 de 1971. Localizada num dos períodos mais agressivos e repressores da ditadura, representou um marco no esforço de controle ideológico sobre a sociedade brasileira. Constituiu-se numa das muitas interferências legais da ditadura na educação, sendo, no entanto e seu ponto maior. O objetivo principal era sustentar, ideologicamente, o modelo de desenvolvimento e segurança nacional implantado. Alguns autores (Cunha & Góes, 2002; Silveira, 2006, Alves, 2007) apontam que a educação, junto com a propaganda oficial e privada, constituem-se juntas, as bases do processo de legitimação da ordem vigente. Assim, o otimismo presente na propaganda positiva do regime militar acabou por receber o reforço da intervenção ideológica na educação do país.

O processo de elaboração e discussão de uma nova LDB foi marcado pelo esforço coletivo de profissionais de educação, que visavam criar um modelo de ensino moderno e compatível com os novos rumos da sociedade. Havia um esforço nacional representado em amplas discussões sobre a implantação de uma escola democrática com um ensino público gratuito e de qualidade.

Após oito anos de discussões e entraves burocráticos a nova Lei de Diretrizes e Bases foi aprovada de forma golpista. A despeito de todas as discussões no seio da categoria, o governo federal, junto ao Congresso Nacional, criou todos os entraves possíveis, até que o Senador Darcy Ribeiro apresentou uma nova proposta de lei “de sua autoria” atropelando as decisões destes debates. A nova LDB atendia

perfeitamente as determinações da Conferência Mundial de Educação de 1993, e conseqüentemente aos interesses do BM.

“O projeto de educação proposto, pelo primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), não admitiu a possibilidade de oposição às reformas estruturais já em andamento no país. Os planos e estratégias de governo foram direcionados para uma concepção mais mercantil de educação, privilegiando o desenvolvimento de habilidades, valores e gestão de qualidade, essencialmente para formar cidadãos com uma reserva de competências que lhes garantissem a empregabilidade”.(Custódio, 2006.p. 98)

Desta forma, desde 1996, a educação brasileira vem sendo regulamentada pela LDB 9394/96, de inspiração absolutamente neoliberal, privatista, quantitativa (sob a égide de ser qualitativa) e acrítica. Mesmo após dois mandatos de Luís Inácio Lula da Silva (2003/06 e 2007/10), o modelo de educação brasileira não sofreu qualquer tipo de mudança profunda e/ou significativa. Ao contrário, as instituições de ensino continuam sujeitas a índices de avaliação de desempenho, em troca de investimentos. Para a sua institucionalização, foi criado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, que passaremos então a avaliar.

4. O PDE

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), é hoje considerado um plano ousado e ambicioso, que, como já pudemos afirmar, prima por resultados qualitativos para a educação brasileira. Ousado porque pretende colocar o Brasil, até o ano de 2022, no mesmo patamar de qualidade dos países chamados de “primeiro mundo”. Ambicioso porque, como um projeto do tipo “guarda-chuva”, oscila em seu grande número de ações propostas (das 30 ações apresentadas no lançamento, já houve uma variação para até 53 ações). Foi lançado em março de 2007, só entrando mesmo em execução em abril daquele ano.

Das diversas ações componentes do PDE, duas ganham relevo e destaque na mídia, e conseqüentemente na sociedade como um todo. São eles o FUNDEB e o IDEB.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Escola Básica e Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB – foi aprovado em dezembro de 2006, antes mesmo do lançamento oficial do PDE. O Fundo amplia a sua abrangência para toda a educação básica, aumentando a participação de estados e municípios de 15 para 20%

do montante de 25% da arrecadação, que segundo a constituição devem ser destinados a educação. O restante é complementando pelo governo federal.

O IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, é a ferramenta de aferição dos resultados das ações do PDE, e que determina seus desdobramentos. Criado pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o IDEB atua analisando parâmetros que vão desde os resultados obtidos pelos alunos em avaliações externas de Língua Portuguesa e Matemática, até indicadores de fluxo⁸ e gestão escolar (administrativa e pedagógica).

Saviani (2009) aponta que a primeira avaliação em 2005 registrou índice médio de 3,8. A partir daí, foram estabelecidas metas para se chegar ao ano de 2022 (bicentenário da independência) com índice 6,0, que seria o mesmo dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico)⁹, que ficaram entre os vinte melhores colocados no mundo.

O IDEB, segundo o próprio MEC, procura agir diretamente nos problemas educação, na suas formas mais visíveis e indiscutíveis: os resultados e fracassos escolares. Não deixa porém, de ser uma ferramenta absolutamente técnica. Ainda segundo Saviani

“É esse índice que se constitui no recurso técnico por excelência para monitorar a implementação do PDE, definir e redefinir as metas, orientar e reorientar as ações programadas e avaliar os resultados, etapa por etapa, em todo período de avaliação do plano, que se estenderá até 2022.” (Saviani 2009, p. 35)

Analisando de forma técnica, o IDEB não deixa de ser uma ferramenta importante, uma vez que é capaz de elaborar diagnósticos que refletem, ou podem refletir a realidade do funcionamento da educação no país, estabelecendo um padrão comparativo. Isto serviu de alerta, por exemplo, para o estado do Rio de Janeiro, que na avaliação de 2010, ficou à frente somente do Piauí. Este fato reflete a real condição de abandono, sucateamento e despreparo do ensino público estadual no Rio de Janeiro. Ficando em penúltimo lugar no ranking da federação, ficou atrás de estados muito mais pobres e menos desenvolvidos.

⁸ Atualmente servem como indicadores de fluxo os números relativos à evasão, repetência e promoção.

⁹ A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma organização internacional e intergovernamental que agrupa os países mais industrializados da economia do mercado. Atualmente possui 30 países membros, entre eles os mais ricos e desenvolvidos do planeta. (<http://www.cgu.gov.br>)

O PDE interfere também no salário do professor, propondo um piso mínimo nacional para o magistério no valor de R\$ 950,00. Este piso diz respeito aos profissionais que atuam 40 horas semanais. Como na maioria dos casos, prefeituras e estados contratam por 16 ou 20 horas semanais, o valor tende a ser muito baixo. Esta situação acaba gerando problemas gravíssimos como a carência de docentes e a sobrecarga de trabalho (duas ou três escolas), comprometendo a qualidade do ensino realizado. Neste aspecto o IDEB é utilizado de forma negativa, quando prefeituras e governos estaduais prometem gratificações escalonadas para os profissionais que atingirem as metas propostas para elevação do índice.

Outro aspecto questionável com relação ao IDEB, diz respeito às avaliações externas padronizadas. Avaliar da mesma forma e com os mesmos critérios alunos de um país com a diversidade do Brasil, é no mínimo uma proposta ingênua, ou muito otimista. Contraria toda e qualquer lógica defendida pelos mais célebres pedagogos, no que tange à humanizar o trato com o corpo discente; enxergar, valorizar e respeitar o aporte cultural de cada sociedade; entre outras.

Usados como moeda de troca, o PDE e o IDEB acabam por estabelecer a mercantilização de fato do ensino no Brasil. A qualidade decantada em verso e prosa pela propaganda oficial fica absolutamente comprometida sob diversos aspectos. No estado do Rio de Janeiro a lógica atual é fazer o IDEB subir ensinando menos ao aluno. Para tanto está sendo implantado o já anteriormente citado currículo mínimo.

A mercantilização também é possível de ser identificada quando se vê uma mobilização “desinteressada e voluntária” de segmentos da sociedade civil, especificamente Fundações pertencentes à iniciativa privada. Estas entidades investem em alfabetização e ensino técnico, ocupando o lugar que deveria ser do poder público, em troca de incentivos fiscais, acabam por marcar positivamente seus nomes na sociedade, e preparar mão de obra farta e barata para suas empresas.

6. CONCLUSÃO

O Brasil entregou a educação de seu povo ao modelo neoliberal do Banco Mundial. Fez isso dentro de uma lógica que marcava uma época, década de 1990, e que já não servia mais para os países que foram berço do neoliberalismo. Entregou, como entregou empresas estatais, junto como controle da produção e serviço em diversos setores.

Esperançosos ventos de uma sociedade mais justa e democrática sopraram sobre o país com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva. No entanto o modelo de educação manteve seus projetos e propósitos. Algumas iniciativas foram positivas, pois “nunca antes na história deste país” tantas vagas foram abertas no magistério federal, bem como no número de vagas no nível superior e nas escolas técnicas federais.

No entanto o investimento do PIB na educação não acompanhou a demanda por investimentos. O FUNDEB investe menos em proporção, se comparado ao FUNDEF. As prefeituras já demonstram que a municipalização do ensino fundamental não surtiu os efeitos esperados. O magistério continua desvalorizado e vítima do senso comum que o responsabiliza por todos os fracassos e problemas evidentes. Ainda assim, a pirotecnia publicitária alardeia o crescimento do IDEB como algo que reflete a qualidade do ensino no Brasil. O povo, quando desinformado e acrítico, tende a acreditar em tais falácias. Enquanto isso a “quantidade” vai tomando o lugar e o conceito da verdadeira “qualidade”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALVES, Ronaldo Sávio Paes A Violência da Dominação Ideológica. A Propaganda Legitimadora da Ditadura Militar. Um estudo do Governo Médici (1969/1974) In: *Desvelando o Poder. Histórias de Dominação: Estado Religião e Sociedade*. Niterói : Editora Vício de Leitura, 2007, v.1, p. 254-284.
2. ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. p. 9-37
3. BIANCHETTI, Roberto Gerardo. *Modelo neoliberal e políticas educacionais*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
4. CORAGGIO, José Luis. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção. In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sergio (Orgs.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. 4 ed. São Paulo: São Paulo: Cortez/PUC-SP/Ação Educativa, 2003.
5. CUNHA, Luiz Antonio; GÓES, Moacyr de. *O Golpe na educação*. 11 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002
6. CUSTÓDIO, C.M. *Do Regime Militar ao Período Neoliberal: uma revisão bibliográfica sobre as intervenções do capital estrangeiro nas políticas de educação no Brasil*. Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Ensino de Ciências UFF, 2006.
7. FRIGOTTO, Gaudêncio. Reformas educativas e o retrocesso democrático no Brasil nos anos 90. In: LINHARES, Célia (Org.). *Os professores e a*

- reinvenção da escola: Brasil e Espanha*. São Paulo: Cortez, 2001.
8. OLIVEIRA, Ramon de. *A (des) qualificação da educação profissional brasileira*. São Paulo: Cortez, 2003.
 9. SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
 10. SAVIANI, Dermeval. *Da Nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional*. Campinas. Editores Associados. 2008
 11. _____. *PDE: análise crítica da política do MEC*. Campinas. Editores Associados. 2009
 12. SILVA, Maria Abádia. *Do projeto político do Banco Mundial ao projeto político-pedagógico da escola pública brasileira*. *Caderno CEDES*. v. 23, n. 61, 2003
 13. SILVEIRA, Zuleide Simas da. *Educação profissional no Brasil: da industrialização ao século XXI*. Rio de Janeiro: Centro de Ciências e Educação Superior à Distância, 2006.
 14. TORRES, Rosa Maria. Melhorar a qualidade da educação? As estratégias do Banco Mundial. In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sergio (Orgs.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. 4 ed. São Paulo: Cortez/PUC-SP/Ação Educativa, 2003.